



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681093 - SP (2021/0224731-6)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
RAFAEL FOLADOR STRANO - SP276991
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : DIEGO OLIVEIRA DOS SANTOS (PRESO)
PACIENTE : CARLOS EDUARDO VIEIRA SOARES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de DIEGO OLIVEIRA DOS SANTOS e CARLOS OLIVEIRA VIEIRA SOARES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - (Apelação Criminal n. 1506924-84.2019.8.26.0228).

Os pacientes foram condenados pela prática do crime previsto no art. 157, § 2º, II, e § 2º-A, I, c/c o art. 71 (nove vezes), todos do Código Penal, tendo sido cominada ao paciente DIEGO OLIVEIRA DOS SANTOS as penas de 20 anos de reclusão e de 50 dias-multa e para o paciente CARLOS OLIVEIRA VIEIRA SOARES as penas de 13 anos, 10 meses e 20 dias de reclusão e de 33 dias-multa.

A impetrante sustenta a inidoneidade dos motivos apresentados para justificar a exasperação das penas-bases na proporção de 1/2, aduzindo que "não há como se estabelecer um maior juízo de censurabilidade no que concerne às circunstâncias ou consequências do delito, em razão do valor do seu objeto material" (fl. 6), porque, em seu entendimento, trata-se de elemento inerente ao tipo penal violado.

Requer, liminarmente, a redução das penas-bases ao mínimo legal. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a medida liminar ou, ao menos, reduzida a fração de aumento aplicada na primeira fase da dosimetria penal.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração,

deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC n. 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente